

## ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

### Pregão Eletrônico nº 90013/2024

**G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, sediada no SCN Quadra 2, Bloco “A”, Sala 602, Ed. Corporate Financial Center, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.712-900, vem, respeitosamente, com fulcro no Edital, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** no bojo da Licitação Eletrônica nº 90013/2024, em face da decisão que declarou a Algar TI Consultoria S/A como vencedora do certame.

### **I – TEMPESTIVIDADE**

O prazo conferido pelo órgão para a apresentação das razões recursais, conforme delimitado pelo Edital, se encerra no dia 19/02/2025. Como o protocolo do presente recurso observa o mencionado prazo, esse deve ser tido por tempestivo.

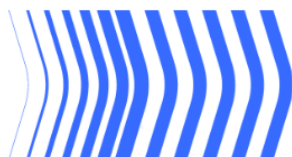
### **II – SÍNTESE DA DEMANDA**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, promovido e organizado pelo FNDE e que tem como objeto a *“contratação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação”* (item 1.1. do edital).

Encerrada a etapa de lances, foi proferida decisão pelo pregoeiro, habilitando e declarando a 2ª colocada, a empresa Algar TI Consultoria S/A DF, ora Recorrida, como vencedora do certame em debate.

Após essa primeira habilitação da Recorrida, foram interpostos recursos por 4 (quatro) outras licitantes, dentre elas, a G4F, demonstrando que a proposta da Algar se encontrava inexecutável e dissonante das normas legais, principalmente porque:

- a) Não observada a legislação da desoneração da folha de pagamento;
- b) Aplicou indevidamente a alíquota de 2% de ISS;
- c) Não cotou os custos relacionados aos equipamentos e softwares necessários para a execução dos serviços;
- d) Utilizou alíquota incorreta aplicada para férias e adicional de férias.



Em decisão administrativa, esse i. pregoeiro considerou parcialmente procedente o recurso da Recorrente para anular a habilitação da empresa Algar, retornando o certame à fase de julgamento, para que, à luz do item 7.13 do Edital, fosse concedida oportunidade para que a Recorrida ajustasse sua planilha, a fim de adequar os percentuais das verbas trabalhistas, mantendo-se a exequibilidade da proposta e o valor final ofertado.

Retomada a fase de julgamento do pregão, foram realizadas **três diligências** para que a Recorrida ajustasse sua planilha de custos e apresentasse justificativas quanto a diversos pontos acerca da viabilidade de sua proposta e da legalidade das verbas e alíquotas consideradas.

Contudo, como será abordado a seguir, por mais esforço que tenha feito a Recorrida para manter seu preço, mais uma vez, a empresa camufla a inexecutabilidade de sua proposta, buscando ludibriar a comissão de julgamento, ao ocultar custos necessários e alterar os cálculos de incidência previstos na IN 5/2017, conforme se passa a demonstrar.

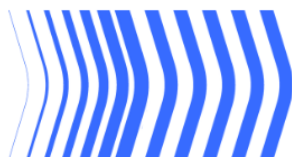
### **III – DOS MOTIVOS PARA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA**

#### **III.I – Da incorreta cotação dos encargos trabalhistas e previdenciários**

Na nova e última planilha de custos apresentada pela Recorrida, no Módulo 2.2 – GPS, FGTS e Outras Contribuições, foram identificadas novas inconsistências na aplicação das alíquotas referentes aos custos dos encargos trabalhistas, pois a empresa aplicou o percentual apenas sobre a remuneração, sem considerar o Submódulo 2.1 – Salário, Férias e Adicional de Férias.

Sem essas considerações, o custo dos encargos não está sendo corretamente calculado e a empresa não está retendo os valores de forma adequada para o Submódulo 2.2 – GPS, FGTS e Outras Contribuições, resultando em uma planilha com valores negativos, evidenciando que a empresa tenta, mais uma vez, mascarar seu preço real, conforme demonstrado abaixo.

- **Última planilha DILIGÊNCIA 7.zip encaminhada pela recorrida e aceita e habilitada sem aplicações:**

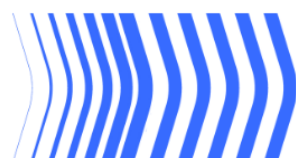


Módulo 1 - Composição da Remuneração			
Salário-base do profissional		R\$	13.323,98
Adicional noturno		R\$	-
Horas Extra		R\$	-
Sobreaviso		R\$	-
Outros		R\$	-
<b>TOTAL - MÓDULO 1</b>		<b>R\$</b>	<b>13.323,98</b>

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais, Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário, férias e adicional de férias			
13º salário	8,33%	R\$	1.110,33
Férias e adicional de férias	12,10%	R\$	1.612,20
<b>Subtotal Submódulo 2.1</b>	<b>20,43%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.722,53</b>
Férias e adicional de férias	17,76%	R\$	483,55
<b>Total Submódulo 2.1</b>	<b>38,19%</b>	<b>R\$</b>	<b>3.206,08</b>
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
INSS	5,00%	(\$27)*D37)	
Salário educação	2,50%	R\$	333,13
SAT	1,00%	R\$	133,24
SESC ou Sesi	1,50%	R\$	199,86
SENAI - SENAC	1,00%	R\$	133,24
SEBRAE	0,60%	R\$	79,94
INCRA	0,20%	R\$	26,65
FGTS	8,00%	R\$	1.065,92
<b>Total Submódulo 2.2</b>	<b>19,80%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.638,18</b>

- Planilha com correções e devidas aplicações, com aplicação do percentual sobre a Remuneração + Total do Submódulo 2.1, conforme Instrução Normativa nº 7/2018, que atualiza a IN nº 5/2017 sobre a formação de custos em contratos administrativos orientações estabelecidas na Instrução Normativa 05/2017:

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
Salário-base do profissional		R\$	13.323,98
Adicional noturno		R\$	-
Horas Extra		R\$	-
Sobreaviso		R\$	-
Outros		R\$	-
<b>TOTAL - MÓDULO 1</b>		<b>R\$</b>	<b>13.323,98</b>
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais, Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário, férias e adicional de férias			
13º salário	8,33%	R\$	1.110,33
Férias e adicional de férias	12,10%	R\$	1.612,20
<b>Subtotal Submódulo 2.1</b>	<b>20,43%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.722,53</b>
Férias e adicional de férias	17,76%	R\$	483,55
<b>Total Submódulo 2.1</b>	<b>38,19%</b>	<b>R\$</b>	<b>3.206,08</b>
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
INSS	5,00%	=D37*(E\$27+E\$35)	
Salário educação	2,50%	R\$	413,29
SAT	1,00%	R\$	165,30
SESC ou Sesi	1,50%	R\$	247,95
SENAI - SENAC	1,00%	R\$	165,30
SEBRAE	0,60%	R\$	99,18
INCRA	0,20%	R\$	33,06
FGTS	8,00%	R\$	1.322,41
<b>Total Submódulo 2.2</b>	<b>19,80%</b>	<b>R\$</b>	<b>3.272,99</b>



Veja que a planilha corrigida considera a correta aplicação das alíquotas sobre a **remuneração base** dos empregados, além de incluir o total dos valores informados no **Submódulo 2.1 - Salário, Férias e Adicional de Férias**. A falta dessa consideração compromete o cálculo do custo total de encargos sociais, incluindo **INSS (GPS)**, **FGTS**, e outras contribuições obrigatórias.

Assim, uma nova correção da proposta da Recorrida é fundamental para que a empresa aplique corretamente as alíquotas sobre a **remuneração total**, que deve incluir não apenas o salário mensal, mas também as **férias e adicional de férias**, conforme estabelecido nas normativas legais. Dessa forma, a empresa estará em conformidade com a legislação vigente e evitará problemas relacionados a **omissões de contribuições e incorreções no cálculo dos encargos sociais**.

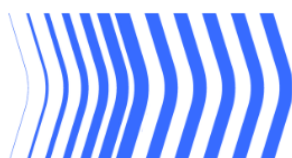
Ao analisarmos a planilha enviada em 05/02/2025, no arquivo **DILIGÊNCIA 6.zip**, observa-se que a Recorrida havia enviado os cálculos considerando a aplicação do percentual sobre a **Remuneração + Total do Submódulo 2**.

No entanto, tais valores não consideravam as alterações realizadas Lei nº 14.973/2024, que impõe, para o presente ano, novas alíquotas de INSS/CPRB, que ocasiona impacto direto em todos os módulos da Planilha. Então, em outra diligência, foi solicitado que a empresa fizesse tais correções, nos termos da nova legislação, conforme mensagem encaminha no *chat* no dia 10/02/2025, às 16:29:14, transcrito abaixo:

“Considerando que a alíquota de INSS é um dos componentes do Módulo 2 da Planilha de Custos e Formação de Preços, que trata justamente de verbas trabalhistas, e que sua correta aplicação resulta em impacto sobre todos os demais módulos da Planilha e cujo percentual sofreu alteração a partir de 01/01/2025, em função da vigência da Lei nº 14.973/2024.

Ultimamos a licitante a demonstrar objetivamente a aplicação/impacto das novas alíquotas de INSS e CPRB em sua Planilha de Custos e Formação de Preços, com intuito de demonstrar a manutenção da exequibilidade de seus preços diante das regras trabalhistas e tributárias vigentes a partir de 01/01/2025.

Após essa diligência e, ao perceber que o cálculo não fecharia com o preço final, a empresa fez uma manobra de cálculos, desconsiderando a aplicação do percentual sobre a Remuneração + Total do Submódulo 2.1.



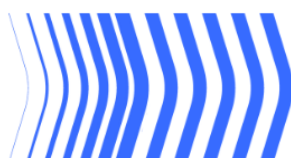
Para conferir tal manobra, basta comparar a planilha encaminhada no arquivo **DILIGÊNCIA 6.zip** com aquela enviada no arquivo **DILIGÊNCIA 7.zip**:

- Planilha do arquivo **DILIGÊNCIA 6.zip**:

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
Salário-base do profissional		R\$	13.567,11
Adicional noturno			
Outros (especificar)			
<b>TOTAL - MÓDULO 1</b>		<b>R\$</b>	<b>13.567,11</b>
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais, Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário, férias e adicional de férias			
13º salário	8,33%	R\$	1.130,59
Férias e adicional de férias	12,10%	R\$	1.641,62
<b>Subtotal Submódulo 2.1</b>	<b>20,43%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.772,21</b>
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
INSS	0,00%	R\$	-
Salário educação	2,50%	\$E\$25+\$E\$31)*	
SAT	1,00%	R\$	163,39
SESC ou Sesi	1,50%	R\$	245,09
SENAI - SENAC	1,00%	R\$	163,39
SEBRAE	0,60%	R\$	98,04
INCRA	0,20%	R\$	32,68
FGTS	8,00%	R\$	1.307,15
<b>Total Submódulo 2.2</b>	<b>14,80%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.418,26</b>

- Planilha do arquivo **DILIGÊNCIA 7.zip**:

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
Salário-base do profissional		R\$	13.323,98
Adicional noturno		R\$	-
Horas Extra		R\$	-
Sobreaviso		R\$	-
Outros		R\$	-
<b>TOTAL - MÓDULO 1</b>		<b>R\$</b>	<b>13.323,98</b>
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais, Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário, férias e adicional de férias			
13º salário	8,33%	R\$	1.110,33
Férias e adicional de férias	12,10%	R\$	1.612,20
<b>Subtotal Submódulo 2.1</b>	<b>20,43%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.722,53</b>
Férias e adicional de férias	17,76%	R\$	483,55
<b>Total Submódulo 2.1</b>	<b>38,19%</b>	<b>R\$</b>	<b>3.206,08</b>
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
INSS	5,00%	\$E\$27)*D37)	
Salário educação	2,50%	R\$	333,13
SAT	1,00%	R\$	133,24
SESC ou Sesi	1,50%	R\$	199,86
SENAI - SENAC	1,00%	R\$	133,24
SEBRAE	0,60%	R\$	79,94
INCRA	0,20%	R\$	26,65
FGTS	8,00%	R\$	1.065,92
<b>Total Submódulo 2.2</b>	<b>19,80%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.638,18</b>



Conforme se depreende desta última planilha, encaminhada na **DILIGÊNCIA 7.zip**, em 11/02/2025, às 11:01:51, é possível aferir que a licitante fez a alteração de forma consciente, com o objetivo de mascarar o preço inexecutável apresentado, evidenciando a intenção de ocultar a inviabilidade de sua proposta.

**O seja, a Recorrida, mais uma vez, tenta de forma escancarada ludibriar a referida comissão, apresentando uma proposta totalmente inexecutável e em desconformidade com as alíquotas legais e a planilha da própria Administração.**

Na primeira planilha enviada, a licitante optou por fornecer a planilha sem as fórmulas de cálculo, de maneira intencional, para dificultar a apuração e análise dos valores. Essa atitude visou claramente a ocultar erros nos cálculos e tornar a revisão do processo mais complexa, o que, por sua vez, resultou no primeiro recurso contra a recorrida. Ao agir dessa forma, a licitante demonstrou uma clara tentativa de manipular os dados de modo a passar despercebidas inconsistências em suas propostas, prejudicando a transparência e a lisura do processo licitatório.

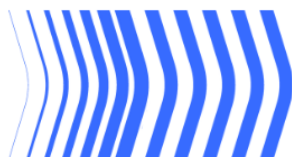
Desta vez, aplicando a rubrica apenas sobre a remuneração, a Recorrida gera discrepância de valores que lhe confere uma vantagem indevida, uma vez que o valor calculado com base nas alíquotas incorretas é inferior ao exigido pela legislação e pelo edital. Tal discrepância foi apontada na Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, porém foi acatada pela Administração sem qualquer ressalva.

Com efeito, o item 8.7 do edital estabelece a obrigatoriedade do licitante de apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a **integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas e normas infralegais**:

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Ora, não há como estar apta a proposta, se não compreendeu a totalidade dos custos para atendimento às leis trabalhistas e previdenciárias.

Conclui-se, portanto, que a proposta apresentada pela **ALGAR** contém **inconsistência grave**, uma vez que **não foram aplicadas as alíquotas do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições, corretamente sobre Submódulo 2.1 - Salário, Férias**





e **Adicional de Férias** sobre os valores do, contrariando a **Instrução Normativa nº 7/2018**, que atualiza a **IN nº 5/2017** sobre a formação de custos em contratos administrativos.

Para fortalecer essa análise, a Recorrente realizou a simulação da planilha de preços da Recorrida, considerando todos os custos com as devidas correções nas alíquotas e a alocação adequada dos custos. O resultado dessa simulação indicou que, com os ajustes realizados, **não é possível a exequibilidade da proposta apresentada**. **Confira-se:**

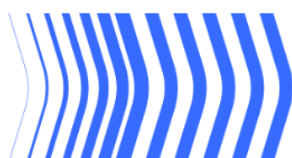
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	0,00%	R\$	-
Lucro	-0,83%	-R\$	183,40
PIS	0,65%	R\$	156,98
COFINS	3,00%	R\$	724,51
ISS	2,00%	R\$	483,01
CPRB	3,60%	R\$	869,41
TOTAL - MÓDULO 6		R\$	2.050,51

Confirma-se, pois, que preço apresentado pelo licitante não será viável para a execução do contrato, uma vez que, mesmo com os ajustes, o contrato continuaria com margens negativas em **Custos Indiretos** e **Lucro**, conforme demonstrado acima e em documento anexo.

Esses fatos comprovam que a Recorrida buscou **reduzir artificialmente os custos**, comprometendo a análise das perspectivas econômicas e descumprindo os princípios de transparência e competitividade, o que invalida sua proposta como vantajosa e aderente aos requisitos do edital.

Deve-se relembrar que, em contratos de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, o principal item de custo é a remuneração dos empregados que serão alocados na execução da atividade, acrescido dos encargos sociais e trabalhistas que a legislação determina. Assim, no caso de componentes de custos que têm seus valores definidos por lei ou instrumento normativo, esses não devem variar de empresa para empresa e o preenchimento da planilha deve refletir o efetivo encargo financeiro que decorre desses componentes e que oneram a execução do serviço.

Convém mencionar, nesse sentido, o Acórdão 669/2008 do TCU que impõe à Administração o dever de observar a correta cotação de valores fixados pelas normas atinentes ao Direito Tributário e Trabalhista:



(...) os diversos dispositivos legais atinentes ao Direito Tributário e ao Direito Trabalhista com vistas à correta análise dos demonstrativos de formação de preços quando das futuras contratações de prestação de serviços de tecnologia da informação por alocação de postos de trabalho, rejeitando as propostas que eventualmente contenham parcelas ou percentuais indevidos, por exemplo, no item referente a seguro por acidente de trabalho.

Com efeito, o pregoeiro não pode classificar propostas que consignem preços inexequíveis, assim entendidos aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

Por isso é que deve ser dado provimento a este recurso, determinando-se que a Recorrida comprove, de forma inequívoca, que, adequando sua proposta às normas regentes e ao edital, conseguirá manter os preços propostos sem que se torne inexequível, o que, por todo o exposto, não será possível, como já demonstrado. Tal fato impõe, sem dúvida alguma, a desclassificação da empresa no certame.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, requer a reforma da decisão que declarou a empresa Algar TI Consultoria S/A DF como vencedora do certame, para desclassificar sua proposta, convocando as demais licitantes para apresentação de propostas.

Termos em que pede deferimento.  
Brasília, 19 de fevereiro de 2025.

**ELMO TOLEDO LACERDA**  
**Presidente**  
**G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**  
**CNPJ nº 07.094.346/0001-45**

